

Mia Couto e a reescrita da história: o 25 de Abril em *Vinte e Zinco*

Mia Couto and the re-writing of history: the April 25th in *Vinte and Zinco*

Flavia Renata Machado Paiani¹

Resumo: Este trabalho pretende analisar a interpretação literária dada pelo escritor moçambicano Mia Couto acerca de um fato histórico, o 25 de Abril português (conhecido como Revolução dos Cravos), em seu livro *Vinte e Zinco*. O autor opta por conduzir a narrativa a partir das relações raciais que se estabelecem à época em Moçambique, então colônia portuguesa. A partir daí, o autor constrói retrospectivamente o horizonte moçambicano de expectativas, estabelecendo uma conexão entre a Revolução dos Cravos e a independência de Moçambique. Para tanto, Mia Couto projeta no passado as demandas políticas do presente, reescrevendo, à maneira literária, a história vista pela periferia.

Palavras-chave: História e literatura, 25 de Abril, relações raciais em Moçambique.

Abstract: This study aims to analyze the literary interpretation given by the Mozambican writer Mia Couto about a historical fact, the Portuguese April 25th (known as the Carnation Revolution), in his novel *Vinte e Zinco*. The author chooses to lead the narrative from the perspective of the racial relationships, which are established at that time in Mozambique, one of the former Portuguese colonies. From there, the author constructs retrospectively the Mozambican horizon of expectations, establishing a connection between the Carnation Revolution and the independence of Mozambique. For this, Mia Couto projects the political demands of the present in the past, rewriting history from the periphery in a literary way.

Keywords: History and literature, April 25th, racial relationships in Mozambique.

O autor, o romance, a história

Mia Couto (1955-), ou António Emílio Leite Couto, enveredou pela literatura na década de 80 quando publicou um livro de poemas, *Raiz de Orvalho*, que tematizava sobre o amor, enquanto seu país, Moçambique, vivia um período turbulento de guerra civil. O poeta era também jornalista – ou, antes, cronista, reunindo muitas de suas crônicas já publicadas e outras inéditas em *Cronicando* (1991). Aventurou-se na produção de contos em *Vozes Anoitecidas* (1987) e *Cada*

1 Mestranda em História Social, USP. E-mail: flavia.paiani@usp.br

homem é uma raça (1990) até a publicação de seu primeiro romance, *Terra Sonâmbula* (1992). Nas crônicas, nos contos, nos romances, os olhos de Mia Couto voltavam-se para um só lugar: Moçambique. Em seu terceiro romance, *Vinte e Zinco* (1999), não foi diferente, ainda que fosse a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, o pano de fundo da trama, e não a guerra civil em Moçambique ou os efeitos de tal guerra, presentes em muitos de seus textos literários.

Em *Vinte e Zinco*, Mia Couto continua a falar sobre o amor, como ele já falava em seus primeiros poemas; retoma a fluidez de seus contos e a concisão de suas crônicas em capítulos que se assemelham a um diário de um narrador onisciente, já que a narrativa se desenrola na terceira pessoa; continua a reinterpretar um fato histórico em que se confundem história, memória e ficção, marcadamente presente já em *Terra Sonâmbula*. No entanto, é a perspectiva moçambicana acerca do evento português – a partir daqueles que viviam em Moçambique, não em Portugal, nos estertores do regime ditatorial de Marcello Caetano – que confere ao romance a aparência de história vista e escrita pela periferia. Outro diferencial de *Vinte e Zinco* é o fato de ele ter sido produzido sob encomenda da editora portuguesa Caminho face à comemoração dos 25 anos da Revolução dos Cravos,² daí o tema ser forçosamente o 25 de Abril português. Como tal, o personagem central, criado por Couto, não é um moçambicano, mas um português em terras moçambicanas, Lourenço de Castro. Trata-se de um português que estava ali a trabalho, tal qual seu pai, Joaquim: ambos eram inspetores da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado),³ a polícia secreta portuguesa.

Um moçambicano elege, pois, um pide como protagonista de seu romance para remontar não necessariamente à Revolução dos Cravos, embora remonte a ela de forma indireta, mas ao imbricado jogo de torturador e torturado sob a ameaça comunista e independentista que o torturado – guerrilheiro da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique)⁴ ou suspeito – representava ao torturador. A narrativa de Mia Couto, entretanto, transcende a dicotomia torturador-torturado, uma vez que pincela com diferentes matizes tais personagens, recorrendo, para tanto, à urdidura de uma história da vida privada. É no âmbito do privado – em sua relação com o clima político da época a que se reporta o autor – que Mia Couto fala sobre a mestiçagem cultural e a tensão racial que interpelam sentimentos, lembranças, pensamentos e ações. O autor constroi retrospectivamente o horizonte moçambicano de expectativas: o 25 de Abril – um golpe militar à esquerda em Portugal – representa o fim da PIDE (ou, para ser exata, da DGS), mas não ainda a independência das então colônias portuguesas na África. (“Vinte e cinco é para vocês

2 Como atesta García Benito, [s.d.].

3 Em realidade, desde 1969, a PIDE fora substituída pela Direcção-Geral de Segurança (DGS).

4 A FRELIMO surgiu em 1962 a partir da aglutinação de três movimentos anticoloniais: União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), Moçambique African National Union (MANU) e União Nacional Africana para Moçambique Independente (UNAMI). Empreendeu a guerrilha de libertação nacional entre os anos de 1964 e 1974. Paulatinamente, foi-se alinhando à ideologia marxista.

que vivem nos bairros de cimento/Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir”).⁵

Este trabalho parte dos efeitos de verdade produzidos pela literatura⁶ para perscrutar essa outra história que Mia Couto escreve. Parte-se do pressuposto de que a história, não estando circunscrita ao historiador, é também pensada, narrada e problematizada pela literatura, pelo cinema, pela música, enfim, por outros meios que não os livros de história dos historiadores. *Vinte e Zinco* é percebido, assim, enquanto reinterpretação literária de um fato histórico, o 25 de Abril, à luz de quem o experienciou a partir da periferia. Cabe, portanto, analisar os dispositivos de que Couto lança mão para interpretar, à maneira literária, a história.

Pretos e brancos

“Ninguém avalia o custo de ser inspector da PIDE, em pleno mato africano, lá onde o pé de branco nunca assentou” (COUTO, 1999: 13) Assim são delineadas as primeiras elucubrações de *Vinte e Zinco*: enquanto expressão do cansaço de Lourenço de Castro que chega à casa nessa “hora em que a luz adoce, cansada de tanto dia” (COUTO, 1999: 13). O personagem, enquanto lava insistentemente as mãos sujas de sangue, questiona-se: “Por que não confessam? Custava alguma coisa...” (COUTO, 1999: 14). Um frágil, e mesmo infantil, inspetor da PIDE é-nos, então, apresentado: Lourencinho, como lhe chama carinhosamente a mãe, Margarida, apenas consegue dormir se houver, além de seu cavalinho de madeira, o pano em que ele baba. Ainda assim, pesadelos continuam a aturdi-lo: tambores que só ele ouve de um batuque que já findou; o umbigo que ele vê crescer como se o cordão umbilical estivesse a sair de seu corpo. “Isto só pode ser feitiço da pretalhada” (COUTO, 1999: 17), conclui o inspetor enquanto é amparado, com ternura, pela mãe. São “a feitiçaria e o mistério de África que perturbavam o sono dos senhores da ‘casa grande’”⁷ que perturbam também o sono do pida. “Dormir? Se a mãe soubesse o ódio que eu tenho a esses pretos” (COUTO, 1999: 15), confessa Lourencinho.

São esse ódio racial⁸ – do branco em relação ao negro – e o temor, subjacente a esse

5 Paratexto que se reporta à fala da adivinhadora Jessumina, personagem (moçambicana) do romance. COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 9.

6 Foucault afirma que a literatura, ainda que se dê explicitamente como artifício, compromete-se “a produzir efeitos de verdade como tal reconhecíveis”. FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 2002, p. 126.

7 “O Homem nunca é cruel e injusto com impunidade: a ansiedade que cresce naqueles que abusam do poder frequentemente toma a forma de terrores imaginários e obsessões dementes. Nas plantações de cana-de-açúcar, o senhor maltratava o escravo, mas receava o ódio deste. Ele tratava-o como besta de carga, mas temia os ocultos poderes que lhe eram imputados”. METRAUX, Alfred. *Voodoo in Haiti*, 1959. *Apud* COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 11.

8 Raça é utilizada aqui no sentido exclusivamente morfológico, que aponta para a diferenciação fenotípica entre os grupos humanos, ainda que a existência da raça tenha sido questionada já em 1952 por Livingstone. Ver: KI-ZERBO, J. “Teorias relativas às ‘raças’ e história da África”. In: _____. (Coord.).

ódio, que o *outro* representa, que pautam, em um primeiro momento, as relações inter-raciais em *Vinte e Zinco*. Como assinala Charles Boxer, “uma raça não pode escravizar sistematicamente membros de outra, em grande escala, por mais de três séculos, sem adquirir um sentimento, consciente ou não, de superioridade racial” (BOXER, 1988: 59), que, por vezes, traduz-se em ódio racial.

Se Gilberto Freyre, em 1952, entrevia “unidade na diversidade que caracteriza[va] os vários Portugais espalhados pelo mundo” (FREYRE, 1980: xxxii), essa unidade, contrariamente à que ele imaginava, era urdida em torno da segregação entre as raças. A reduzida população portuguesa nas colônias (em Angola e em Moçambique, os brancos não ultrapassavam os 4%, mesmo após séculos de colonização, como observa Lincoln Secco) não se misturava aos nativos, e a própria política assimilacionista perpetrada por Portugal nesses lugares contemplava um número também reduzido de nativos: “[e]ntre todos os 5.738.911 moçambicanos, apenas 91.954 eram considerados 'aptos para a vida civil'” (SECCO, 2005: 14), conforme um levantamento de 1959.

A passagem do estatuto de indígena para assimilado – *grosso modo*, de selvagem para civilizado – implicava uma certa ascensão social, uma vez que o assimilado gozava (ao menos, teoricamente) dos mesmos direitos e deveres (incluindo a prestação do serviço militar) de um cidadão português (CABAÇO, 2007: 148-49). Uma parcela desses assimilados⁹ ingressou nos quadros da Frelimo; outra, porém, adotou uma postura colaboracionista com o regime português. Um dos pides presentes em *Vinte e Zinco* é o *preto* Chico Soco-Soco.

A narrativa de Mia Couto complexifica-se à medida que ele nos apresenta os personagens de seu romance. Se, em um primeiro momento, temos uma tensão explícita entre as raças quando o autor nos coloca a par da figura de Lourenço de Castro; ao longo do romance, a tensão ganha outros contornos à medida que ela se dá intra-racialmente. Assim, logo no segundo capítulo (datado em 20 de abril), o autor nos apresenta Irene, tia de Lourenço, que o leitor do romance entrevê nos paratextos do primeiro e do segundo capítulos, como neste que introduz o segundo: “Ninguém nasce desta ou daquela raça. Só depois nos tornamos pretos, brancos ou de qualquer outra raça”.¹⁰ Afinal, Irene fala de si própria: é ela a branca que se *tornou* negra¹¹ quando

História geral da África. Vol. 1: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980.p. 281.

9 Em realidade, trata-se dos antigos assimilados: o indigenato fora abolido em 1961 e, com ele, a caderneta do indígena e o alvará do assimilado.

10 “Extracto do diário de Irene, parafrazeando Simone de Beauvoir”. COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 19.

11 “Rompera com a razão colonial e se cobrira de matope, assumindo as 'sujidades' e as religiosidades africanas. Freqüentando os rituais da adivinha Jessumina e praticando o culto aos falecidos, se identificara aos negros oprimidos. Apaixonara-se pelo mulato Marcelino e fora levada por este à política, acumpliciando-se aos ideais revolucionários da FRELIMO”. SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. Alegorias em abril: Moçambique e o sonho de um outro vinte e cinco (uma leitura do romance *Vinte e*

se apaixonou pelo mulato Marcelino. Mesmo após a morte do mulato, ela visitava a campa do amado e a de Custódio, tio de Marcelino, para cumprir, “à maneira das crenças indígenas”, o ritual dos falecidos (“Leva-lhes farinha, panos, bebidas. Senta-se junto à tumba e conversa com os mortos”) (COUTO, 1999: 57).

O caso da tia de Lourenço situa-se, pois, na *desterritorialização* à que se refere García Canclini (2000: 309) (“a perda da relação 'natural' da cultura com os territórios geográficos e sociais”), uma vez que a personagem, desde que chegara à África, exilara-se “dos juízos e das maneiras” europeias. A partir do momento em que Irene “se misturara com os negros” (COUTO, 1999: 20), a cultura *branca* fora *reterritorializada*, como ilustra a dança da personagem: “Se percebe que aquela dança não é europeia. É ritmo africano. A mulher branca se balança como se seu corpo albergasse o mundo dos outros” (COUTO, 1999: 22).

A relação entre as raças é, assim, abordada sob outro prisma: a partir do choque entre duas perspectivas antagônicas dos membros de uma mesma raça – de um lado, a segregação racial, personificada por Lourenço de Castro;¹² de outro, a mestiçagem cultural entre as raças, representada por Irene. No entanto, são o terceiro e o quarto capítulos (datados, respectivamente, em 21 e 22 de abril) que permitem vislumbrar, entre os personagens negros e mulatos do romance, a complexidade das relações intra e inter-raciais, pois a abordagem dicotômica (como na relação entre Lourenço e Irene) cede lugar a posições ambíguas.

O cego Andaré Tchuisco “era um jovem educado em escola, recomendado pelos padres que o escolarizaram” (COUTO, 1999: 29), que “se permitia altivez que nenhum outro negro exhibia” (COUTO, 1999: 30). Inicialmente, “[s]uas artes eram a pintura dos carros, biscate na oficina de Custódio Juma e do mulato Marcelino” (COUTO, 1999: 83-84) em Pebane. Fora, porém, “mandado ajudar nos serviços da cadeia”, incumbido de manter as paredes das salas de tortura sempre brancas. Os padres “queriam que ele saísse da escola da missão” por acreditarem “que ali se formavam subversivos, quadros nacionalistas” (COUTO, 1999: 84). Não era cego de nascença, embora, em Moebase – para onde se mudara junto com os Castro –, acreditassem que ele assim o fosse. Tornara-se um pelas mãos de Joaquim de Castro, pai de Lourenço, conforme revelação do capítulo de 27 de abril, após Andaré tê-lo surpreendido abusando sexualmente dos prisioneiros em Pebane (“O que lhe trazia angústia [a *Joaquim de Castro*] era descobrir-se que ele trocava sexo com homens, ainda por cima pretos”) (COUTO, 1999: 84).

Dois aspectos caracterizam Andaré: um relaciona-se à formação escolar do personagem;

Zinco, do escritor Mia Couto). *Via Atlântica*, São Paulo, n. 3, dez. 1999, p. 118.

12 A despeito de seu ostensivo segregacionismo, o próprio Lourenço “era subjugado por temores que o faziam oscilar entre a repulsa e a aceitação do animismo africano, entre a rejeição dos rituais mágicos dos negros e a ameaça de seus feitiços”. SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. Alegorias em abril: Moçambique e o sonho de um outro vinte e cinco (uma leitura do romance *Vinte e Zinco*, do escritor Mia Couto). *Via Atlântica*, São Paulo, n. 3, dez. 1999, p. 117.

outro, à ocupação por ele exercida. Desde o *Acto Colonial*, de 1930, reconheciam-se “as missões católicas portuguesas no ultramar” como “instrumentos de civilização e influência nacional” em que se lhes concedia “proteção e auxílio estatal como instituições de ensino”.¹³ Nesse contexto, o personagem de Mia Couto fora educado por padres, o que implicou a *reterritorialização* de sua cultura, juntamente com aquilo que, antes de sua cegueira, presenciara enquanto pintor das paredes interiores da cadeia (“porradas, palmatoagem, torturas”, “abusos, ofensas sexuais”) (COUTO, 1999: 84). Andaré “viu muita coisa, assistiu a casos que nem devia” (COUTO, 1999: 84), porém prosseguiu sua vida sem imiscuir-se na política ou na Frelimo (COUTO, 1999: 81). Já cego, apenas desejava recuperar a visão: em realidade, via pouco, mas se consolava por ter, em sua semi-cegueira, “olhos azuis, cor dos brancos” (COUTO, 1999: 95).

Andaré requeria para si uma característica física exclusiva da raça à qual ele não pertencia, contrariamente a Custódio, dono da oficina em que Andaré chegara a trabalhar. O rechaço de Custódio aos brancos – e, por conseguinte, aos assimilados, devido ao seu “branqueamento” – traduzia-se em sua recusa a calçar sapatos. “O calçado é um passaporte para ser reconhecido pelos brancos, entrar na categoria dos assimilados”¹⁴, conforme o relato da irmã, Dona Graça. Ainda assim, Custódio permanecia alheio à política: “Não me venha com essas ideias de política. A política é desses incêndios que se acendem na casa do outro e quem arde é a nossa casa” (COUTO, 1999: 36). Não compactuava com a Frelimo no sonho de ver Moçambique independente (para ele, a família era o seu país, “a sua única pátria”) (COUTO, 1999: 43), tampouco almejava a revolução socialista (a despeito do rechaço aos brancos, vislumbrava a ascensão social por meio da miscigenação: “Vou casar essa minha neta com um branco. E logo ela, num instante, transita numa melhoria das qualidades. Isso é o meu socialismo (...). Rápido e acertado como flecha”) (COUTO, 1999: 41).

Noémia de Sousa, poetisa moçambicana, em entrevista concedida ao historiador Patrick Chabal, exemplifica que “(...) lá em casa fartávamo-nos de rir com as conversas que as pessoas tinham, e até os casamentos! Esta aqui, que era mais escura, andava à procura dum noivo que fosse claro, para ‘apurar a raça’, que é uma coisa que existia e hoje ainda é capaz de existir na sociedade mestiça” (CHABAL, 1994: 112). O objetivo “era ficar cada vez mais branco, matar aquela raça que era a delas (...)” (CHABAL, 1994: 112), como forma de ascensão social.¹⁵ A

13 Cabaço cita o Título II – Dos Indígenas, do *Acto Colonial*. CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 2007, p. 151. Tese.

14 “- Existem dois tipos de pretos: os calçados e os pretos”. COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 38.

15 Uma certa ascensão social ocorria quando o indígena adquiria o estatuto jurídico de cidadão mediante a assimilação, que vigorou até 1961 (ou seja, até a abolição do indigenato). O assimilado, contudo, nunca foi visto pelos colonos “como ‘um de nós’ e sempre como ‘o mais civilizado deles’”. (p. 163) Vale ressaltar que, entre esses não indígenas, havia explícita diferenciação, já que eram “racialmente estratificados e hierarquizados (...): os *brancos* ou *européus* se sentiam distantes dos *asiáticos*, que se viam diferentes

própria Noémia é mestiça: sua mãe era filha de alemão e de ronga (etnia do sul de Moçambique, predominante na capital); seu pai descendia de portugueses, goeses e macuas (etnia da zona central de Moçambique).¹⁶

Não seria apropriado, contudo, caracterizar a sociedade moçambicana como sociedade mestiça, ainda que a caracterize desse modo Noémia de Sousa. A heterogeneidade étnica (são mais de vinte etnias locais) não implica necessariamente heterogeneidade ou mestiçagem racial, haja vista o tímido contingente populacional europeu (branco) ou mesmo asiático. Ainda assim, Mia Couto, homem branco em um país eminentemente negro, procura contemplar em seus romances outras raças (por vezes, associadas a determinados povos e referidas como tais) que compõem Moçambique, como o *indiano* (que, pejorativamente, recebe, em Moçambique, a alcunha de *monhé*).¹⁷ O autor trabalha com a noção de mestiçagem, de que “todos nós somos mulatos” (COUTO, 2007: 125), em seus textos literários, porém é, em alguns deles, que a figura do *mulato* aparece enquanto personagem da narrativa.

Em seu terceiro romance, Couto concebeu o mulato Marcelino, filho de Dona Graça, irmã de Custódio, e de um português que ele nunca vira. O mulato, por quem Irene se apaixonara, trabalhava na oficina com o tio, com quem tinha divergências políticas (como no caso em que Custódio mudara-se para o quartel, a mando do exército colonial, para reparar as viaturas militares: “– Até aqui o senhor foi um covarde. Agora, será um traidor”, palavras de Marcelino dirigidas a Custódio) (COUTO, 1999: 42). Longe, assim, de exercer a função de intermediação entre dominador e dominado, como faziam, geralmente, mestiços e asiáticos¹⁸ (“Se pedia de um

dos *mestiços*, alguns dos quais considerando-se distintos dos *assimilados*”. (p. 166-167) CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 2007. Tese.

16 Moçambique é composto por mais de vinte etnias, porém, entre os literatos entrevistados por Chabal, pelo menos ¼ pertence à etnia ronga (ou é descendente dela), etnia característica da então Lourenço Marques, atual Maputo, capital do país. Essa elite literária é, em parte, resultado da miscigenação. Orlando Mendes, Fernando Ganhão, Rui Knopfli e Mia Couto são filhos de portugueses; José Craveirinha é filho de algarvio e de ronga; Eugénio Lisboa é filho de português e de mestiça de português com ronga; Rui Nogar é filho de goeses; Malangatana (em realidade, artista plástico) é filho de rongas; Calane da Silva é filho de português e de mestiça de ronga com indiano; Jorge Viegas é filho de mestiços – o pai era filho de indiana e de mestiço de branco, negro e indiano, enquanto a mãe era filha de branco e de negra; Juvenal Bucuane é filho de changanas; Luís Carlos Patraquim é filho de algarvios; Paulina Chiziane é da etnia chope, de pais não-assimilados; Pedro Chissano é da etnia tsonga; Ungulana Ba Ka Khosa é filho de pai changana e de mãe sena; Suleiman Cassamo é filho de pai de ascendência asiática (muçulmana) e de mãe moçambicana, de família oriunda da fronteira próxima à Gaza; Eduardo White é filho de mãe portuguesa e de pai mestiço de Tete, descendente de família inglesa no Malawi; Nelson Saúte é filho de moçambicanos – o pai era de Inhambane e a mãe, de Lourenço Marques. Ver: CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas*. Literatura e nacionalidade. Lisboa: Vega, 1994.

17 Vide *Terra Sonâmbula* (1992) e *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* (2002).

18 Os “africanos não indígenas deveriam, em troca de alguns pequenos privilégios, constituir-se como *intermediários* entre dominador e dominado, se possível colaboradores ‘reconhecidos’” – estes colaboradores eram, em geral, mestiços e asiáticos. CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 2007, p. 164. Tese.

mulato maiores fidelidades ao regime dos brancos”) (COUTO, 1999: 77), Marcelino engrossava as fileiras da Frelimo.

O *turra*,¹⁹ que “metera” Irene nas políticas, fora apanhado pela PIDE (em realidade, já DGS) e torturado por Lourenço. Este, que batera tanto em Marcelino até as mãos do mecânico se converterem em pasta vermelha (até levá-lo, no terceiro dia de tortura, a cortar os testículos em uma tentativa de suicídio), era apaixonado pela tia (“Irene dava inadmissíveis licenças ao mulato Marcelino. O sobrinho se atiçava de rancores”) (COUTO, 1999: 77). Assim, a relação entre torturador e torturado, a partir da inserção de uma terceira figura – uma figura feminina –, ganha, no romance, outro contorno: o de um triângulo amoroso; o de um amor não-correspondido; o de preterimento de um branco por um mulato. É, pois, no âmbito da vida privada que a narrativa se desenrola – é nele que a tensão racial converte-se em sangue derramado.

O 25 de Abril

“Whose 'political, social, and cultural imperatives' will have predominance at any given moment in the representation of the past?” (MEGILL, 2007: 18). Ou por que interessa a Mia Couto representar o passado moçambicano a partir da ênfase racial? O autor, ainda que tenha vivido uma infância em que “a fronteira entre os brancos e os negros era uma fronteira muito misturada, muito 'atravessada” (CHABAL, 1994: 275), relata, em entrevista a Chabal, que era, de qualquer forma, “um ambiente muito racista” (CHABAL, 1994: 276) aquele em que ele vivia na Beira,²⁰ talvez, segundo o autor, fruto desse contato. Ele foi um dos brancos que militou na Frelimo,²¹ a despeito do fato de ser filho de portugueses (ou seja, dos, então, colonizadores): sofria, assim, a desconfiança dos negros, por um lado, ao mesmo tempo em que era acusado de traidor pelos brancos, conforme o relato de Couto (CHABAL, 1994: 280).

É possível, portanto, perscrutar na memória do autor aquilo que caracteriza seu romance? Em sua memória acerca da história, Mia Couto refere-se ao 25 de Abril como um quase marco à mudança de rumo da Frelimo – pelo menos, no que tange à aproximação entre os movimentos estudantis (ele fazia parte de um) e os militantes da Frente: “A Frelimo tinha alguns grupos de militantes, mas essa ligação só se conseguiu mesmo em 74. Depois do 25 de Abril. Antes *nunca*

19 Alcinha pejorativa dada ao guerrilheiro da FRELIMO.

20 Cidade moçambicana em que nasceu Mia Couto.

21 “(...) nos anos de 69, 70, 71, nós começamos a ouvir as emissões da Frelimo, por causa dos nossos empregados. E fazíamos isso em cumplicidade com eles, até eles nos chamavam e íamos ouvir com eles”. Ibid, p. 278. Após o ingresso na universidade e nos círculos estudantis, surgiram questionamentos que iam além de uma militância de esquerda pró-chineses ou pró-soviéticos: a questão da nação emergiu como prioridade, daí a simpatia de Couto pela FRELIMO – “(...) esta questão de colonialismo como primeira reivindicação à nação, a independência, etc... E, por aí, a Frelimo”. COUTO, Mia. In: CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas*. Literatura e nacionalidade. Lisboa: Vega, 1994. p. 279.

houve ligação, *nunca* houve luta organizada nesse aspecto, entre grupos de estudantes e os militantes da Frelimo” (CHABAL, 1994: 279) (Grifos meus). Tal interpretação é reforçada na continuidade de seu relato: “Só a partir de 25 de Abril é que há possibilidade de, sem tanto receio, abrir um pouco a organização da Frelimo aos estudantes” (CHABAL, 1994: 281) (Grifos meus). Como, em *Vinte e Zinco*, Mia Couto atém-se aos dias que se desenrolam em abril de 74 (inclusive naqueles que antecedem o dia 25), não é um estudante universitário o guerrilheiro ou o simpatizante da Frelimo, mas sim um mecânico. Não foi a partir do contato com o movimento estudantil que Marcelino aderiu à frente guerrilheira, mas sim a partir de seu ingresso nas tropas coloniais, em que presenciou “horrores e massacres lá nas frentes de batalha” (COUTO, 1999: 56).

À medida que Couto narra seu ingresso na Frelimo a partir do ponto de vista de quem militava no movimento estudantil, é possível questionar em que medida era a Frelimo que não estava na época aberta aos estudantes ou se, ao contrário, eram os estudantes que ainda não haviam aderido ao programa da Frelimo. Sua narrativa pode ser confirmada ou rechaçada a partir do confronto com a história – quando a evidência, mesmo que de outras memórias, pode ou não pôr em xeque o relato do autor (“we infer history from evidence that includes other people's memories”) (LOWENTHAL, 1985: 212) ou quando dados empíricos apontam para uma outra versão do passado, ainda que ela possa vir a ser rejeitada por outras (“[History] is based on empirical sources which we can decide to reject for other versions of the past”) (LOWENTHAL, 1985: 213).

Mia Couto nos apresenta uma versão do passado – a *sua* versão do passado: seja na entrevista concedida a Patrick Chabal em meados da década de 80, seja no romance *Vinte e Zinco* publicado no final dos anos 90. Na entrevista a Chabal, Mia Couto enfatiza a relevância do 25 de Abril em Moçambique, ao passo que, no romance, escrito mais de uma década depois da concessão da entrevista, o feito português é relativizado frente à realidade moçambicana de então colônia de Portugal: “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento/Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir” (COUTO, 1999, p. 9).

Desde Marcelino, “um quase-preto”²², que fora “contaminado por essa doença – sonhar com futuros e liberdades”²³ até a mudança de atitude de Custódio, que roubara papéis no quartel para entregar “aos camaradas” (COUTO, 1999: 44), a narrativa de Mia Couto caminha para um protagonismo de *pretos* e *quase-pretos*, em que a liberdade (da terra e, por conseguinte, do povo

22 Expressão de Margarida, viúva de Joaquim de Castro, mãe de Lourenço, irmã de Irene, ao se questionar: “como pôde a irmã se apaixonar por um quase-preto?”. COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 56.

23 Pensamento de Margarida. COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 56.

– em uma interpretação pré-independência) desponta no horizonte moçambicano de expectativas, ainda que seja uma outra liberdade (embutida na queda do regime em Portugal) o tema do romance. O fim da ditadura tem, a princípio, impacto na casa do núcleo português para, depois, repercutir no núcleo moçambicano.

No capítulo de 25 de abril, a notícia da queda do regime é transmitida pelo rádio. “Regime? Qual regime?” (COUTO, 1999: 69), questiona-se Lourenço. “Para ele não havia um regime. Havia Portugal. A pátria eterna e imutável. Portugal uno e indivisível” (COUTO, 1999: 69). Essa crença na unidade e indivisibilidade do Terceiro Império Português (em consonância com o lusotropicalismo freyriano) constituía-se na ideologia do Estado: o nacionalismo da metrópole implicava o combate à aspiração nacionalista das então colônias. A Revolução dos Cravos, contudo, não correspondeu, em um primeiro momento, à aspiração independentista de Moçambique. Antes, o 25 de Abril representou o fim da DGS – ex-PIDE – e a concretização (ainda que provisória; ainda que contraditória) da ameaça comunista personificada pelos militares que conduziram o golpe (“agora é que vão vender esta merda aos comunistas. Que vendam, que isto tudo se afunde mais os pretos”)²⁴. Por seu turno, o 25 de Abril só interessa a Andaré Tchuisco à medida que a data (não o evento) possa ter uma correlação com o dia em que recuperaria a visão. Em consulta à adivinha Jessumina, o cego recebe como resposta: “Você tem que esperar por outro vinte e cinco” (COUTO, 1999: 81). Esse “outro vinte e cinco” é o 25 de junho de 1975, data da independência de Moçambique.

Mia Couto, desse modo, conforma-se às demandas “históricas” do presente para escrever seu romance: em realidade, demandas *políticas* travestidas de demandas históricas. Chinua Achebe, citado por Chapman, afirma que a literatura africana é um ato político (CHAPMAN, 2003: 6). O próprio Chapman percebe o texto literário africano como um documento social, à medida que, segundo o autor, espera-se que, de alguma forma, o escritor africano remeta às grandes questões sócio-políticas do dia (CHAPMAN, 2003: 1). Aquele que não o faz, pode acabar sendo considerado irrelevante por não atender às expectativas da Crítica Literária vinculada às universidades europeias, como a britânica ou a francesa (CHAPMAN, 2003: 2). Afinal, as editoras que publicam os livros dos escritores africanos são, em geral, de uma nacionalidade diversa daquela à qual pertence o escritor – os livros de Mia Couto, por exemplo, são publicados, primeiramente, pela Editorial Caminho, de Portugal –; que o mercado para esses livros é, principalmente, o não-africano (CHAPMAN, 2003: 2); e que os próprios escritores, dentro da realidade africana (de expressivo analfabetismo), acabam constituindo-se como uma elite literária (CHAPMAN, 2003: 2).

Se, de acordo com Megill (2007: 24), a história deveria resistir aos lugares-comuns das

24 Palavras de Lourenço. COUTO, Mia. *Vinte e Cinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999, p. 79.

demandas políticas do presente, o romance (pelo menos, o africano), ao contrário, *parece* ter o dever de colocá-las em pauta *enquanto* demandas históricas. A reinterpretação do 25 de Abril em *Vinte e Zinco* implica o deslocamento do olhar – da metrópole para a colônia – e, ao mesmo tempo, o rearranjo da tensão entre colonizador e colonizado a partir da urdidura da tensão entre *brancos* e *pretos*, de cujo contato (ainda que não isento de conflitos) resultaria uma certa mestiçagem cultural. A questão racial é uma das demandas políticas atuais que faz uso da história para adquirir legitimidade: o racismo *histórico* de *brancos* em relação a *pretos*, cujos desdobramentos tiveram efeitos perversos sobre os negros, requer um contraponto que não relegue essa história ao esquecimento, mas que, ao mesmo tempo, permita vislumbrar a escrita de uma outra história em que os negros sejam protagonistas dela.

Referências Bibliográficas

BOXER, C. R. *Relações raciais no império colonial português 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1988.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. São Paulo: Universidade de São Paulo/USP, 2007. Tese de doutorado em Antropologia Social.

CHABAL, Patrick. *Vozes moçambicanas. Literatura e nacionalidade*. Lisboa: Vega, 1994.

CHAPMAN, Michael. African Literature, African Literatures: Cultural Practice or Art Practice? *Research in African Literatures*, Indiana, v. 34, n. 1, 2003, p. 1-10.

COUTO, Mia. *Vinte e Zinco*. 2 ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

_____. *A varanda do frangipani*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 2002.

FREYRE, Gilberto. *Aventura e rotina*. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1980.

GARCÍA BENITO, Ana Belén. Portugal y Mozambique/Portugal en Mozambique/Mozambique después de Portugal: análisis de las várias lecturas posibles de *Vinte e Zinco*, de Mia Couto, al abrigo de las celebraciones del 25 de abril. In: *IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. Évora: [s.e], [s.d.].

Disponível em:

<http://www.eventos.uevora.pt/comparada/Volumel/PORTUGAL%20Y%20MOZAMBIQUE.pdf>

Último acesso em: 04 jun. 2010.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2000.

KI-ZERBO, J. (Coord.). *História geral da África*. Vol. 1: Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática/UNESCO, 1980.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

MEGILL, Allan. *Historical knowledge, historical error: a contemporary guide to practice*. London/Chicago: The University of Chicago Press, 2007, p. 17-59.

SECCO, Carmen Lucia Tindó Ribeiro. Alegorias em abril: Moçambique e o sonho de um outro vinte e cinco (uma leitura do romance *Vinte e Zinco*, do escritor Mia Couto). *Via Atlântica*, São Paulo, n. 3, p. 110-123, dez. 1999.

SECCO, Lincoln. *25 de abril de 1974: a Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

Recebido em *Agosto* de 2010

Aprovado em *Outubro* de 2010